



RELATÓRIO PESQUISA FORMATIVA

Encontro preparatório para a realização de
20 interprogramas sobre “*dicas práticas de cidadania*”.

Projeto desenvolvido em parceria
Canal Futura e Núcleo de Inclusão Social / UFRJ



RELATÓRIO PESQUISA FORMATIVA

Encontro preparatório para a realização de 20 interprogramas sobre “*dicas práticas de cidadania*”, pesquisa formativa realizada em parceria com o NIS – Núcleo de Inclusão Social da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Projeto: Débora Garcia (Gerente de Conteúdo e Novas Mídias do Canal Futura), Antoine Lousao, Kitta Eitler

Realização dos grupos:

Animador: Kitta Eitler

Relator: Antoine Lousao

Redação final: Antoine Lousao e Kitta Eitler

Agradecimentos:

Aos membros do Núcleo de Inclusão Social, que acompanharam e contribuíram com a pesquisa.

Aos Membros das associações que atenderam ao nosso convite e à equipe da gerência de Mobilização e Articulação Social do Canal Futura, que organizou o encontro do primeiro grupo.

À Escola Amaro Cavalcanti e à Profa. de filosofia Priscila Teixeira, que gentilmente reuniu sua turma para a realização do segundo grupo.

INTRODUÇÃO.....	4
0.1 O PROJETO.....	4
0.2 PERFIL DOS PARCEIROS: O CANAL FUTURA E O NIS	5
0.3 QUEM REALIZA A SERIE DE INTERPROGRAMAS	7
CAPITULO 1 – PRIMEIRO GRUPO.....	7
1. ANALISE DO PERFIL DOS PARTICIPANTES	7
1.1 <i>Um público bem informado</i>	7
1.2 <i>Perfis das instituições participantes</i>	8
2. PRINCIPAIS PONTOS ESTRUTURAIS DA REUNIÃO	8
2.1 <i>Pontos de convergência entre os participantes</i>	8
2.2 <i>Principais recomendações sobre a maneira de abordar os temas</i>	9
3. PRINCIPAIS DECLARAÇÕES DOS PARTICIPANTES ORGANIZADAS POR TEMA	9
3.1 <i>Os principais direitos e os problemas na sua implementação</i>	10
3.2 <i>Formas de atuação</i>	12
3.3 <i>Idéias para os interprogramas sugeridas pelo grupo</i>	14
ANEXO1 – LISTA DE PARTICIPANTES E INSTITUIÇÕES	16
CAPÍTULO II – SEGUNDO GRUPO	18
1. ANALISE DO PERFIL DOS PARTICIPANTES	18
2. PRINCIPAIS PONTOS ESTRUTURAIS DA REUNIÃO	19
2.1 <i>Referências básicas</i>	19
2.2 <i>Pontos de discussão entre os participantes</i>	19
2.3 <i>Visões sobre a mobilização individual e coletiva</i>	20
3. PRINCIPAIS DECLARAÇÕES DOS PARTICIPANTES ORGANIZADAS POR TEMA	20
3.1 <i>Os direitos mais importantes</i>	20
3.2 <i>Os canais de informação sobre os direitos</i>	20
3.3 <i>Os meios de reivindicação</i>	21
3.4 <i>A ausência de mobilização popular e seus motivos</i>	22
3.5 <i>Reações a temas de cidadania propostos pelo animador</i>	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
BIBLIOGRAFIA	28

Introdução

0.1 O Projeto

O projeto de realização de 20 interprogramas¹ com dicas práticas sobre cidadania nas mais variadas áreas da vida dos brasileiros, contemplando a diversidade de públicos e horizontes, se inscreve em uma questão fundamental cara ao Canal Futura e ao NIS (Núcleo de Inclusão Social/UFRJ): como favorecer na sociedade brasileira a implementação de práticas cidadãs que permitam às pessoas um melhor acesso a seus direitos? Para atender adequadamente às necessidades e demandas dos públicos com respeito às “dicas práticas”, o Canal Futura e o NIS realizaram em parceria e previamente aos interprogramas uma série de pesquisas qualitativas baseadas em duas reuniões com grupos de diferentes perfis.

O primeiro grupo, constituído por membros de associações atuantes na área social, permite ter os olhares de pessoas bem informadas sobre o tema, conhecedoras da realidade social brasileira e de seus problemas relacionados à cidadania a partir de sua atuação cotidiana. Trata-se, além disso, de um grupo cuja opinião e a palavra exercem geralmente uma influência nas comunidades onde se inserem. São por assim dizer sujeitos prescritivos de práticas sociais.

O segundo grupo, constituído por estudantes secundaristas, não é menos opinativo, mas desenvolve seus pensamentos com referências bem distintas do primeiro, tanto em relação aos direitos como às demandas com respeito à cidadania. São indivíduos em formação, para os quais as problemáticas sociais nunca estão dissociadas de questões de âmbito privado, e cuja relação com o resto da sociedade passa por mediadores como os pais e a escola. Em outras palavras, o grupo se enquadra em grande parte no perfil do público alvo a ser atingido pelos interprogramas, e conhecer suas demandas e modos de funcionamento é requisito fundamental para o projeto.

A partir da confrontação entre essas reuniões com grupos tão diversos, cabia então ao Canal Futura e ao NIS operar, na medida do possível e sem desconsiderar as diferenças fundamentais entre os respondentes da pesquisa, uma síntese que fosse ao mesmo tempo um meio de conhecimento e um instrumento de trabalho utilizável pela TV UFOP (parceira do Canal Futura encarregada da realização dos filmes) e por outros profissionais da criação de conteúdo sobre cidadania.

Nesse processo de realização, a escolha de uma metodologia qualitativa de pesquisa com a realização de grupos nos pareceu própria a uma melhor identificação dos universos conceituais e simbólicos dos públicos e de sua visão crítica sobre a sociedade. Além disso, a metodologia qualitativa nos permitiu ter

¹ Filmes de 2 minutos exibidos ao longo do dia nos intervalos da programação do canal.

acesso a percursos pessoais, observar estratégias complexas de atuação dos sujeitos em seu meio social, identificar as teias de relações entre os indivíduos e as organizações em que atuam, com as quais interagem ou das quais são demandantes. Esses objetos de análise não estão isentos de vieses de pesquisa, sejam esses devidos ao caráter particular da amostragem (que reflete unicamente as opiniões de um público fortemente urbano e deixa de lado uma série de outros públicos potenciais), à relação pesquisador/respondente ou às condições materiais e conjunturais de realização dos grupos. No entanto, a explicitação desses vieses permitem uma relativa neutralização e mesmo sua utilização como instrumento de conhecimento.

A pesquisa formativa pode ser considerada como base para o desenvolvimento efetivo de estratégias, incluindo canais de comunicação para influenciar mudanças de comportamento. Ajuda especialmente a identificar e entender as características, interesses, comportamentos e necessidades da população a que se deseja atingir.

A pesquisa formativa pode ocorrer antes de um programa ser projetado e implementado ou quando já está sendo exibido. A ênfase dada ao ser realizado quando o produto ainda se encontra em construção, permite que ele seja corrigido, lapidado, aperfeiçoado em seus vários aspectos, dando forma (formativa) ao produto final para que possa atingir o público a que se destina. Quando realizada após a implementação do produto, a pesquisa tem como proposta permitir que ajustes possam ser realizados numa reedição ou segunda versão. Para isso podem ser feitos grupos ou entrevistas com espectadores considerados influentes na sua comunidade ou no seu meio.

Como resultado, o que se tem não é apenas as declarações dos respondentes sobre problemas relacionados a direitos e cidadania. É a observação das condições da interação entre os participantes, incluindo os próprios realizadores da pesquisa, e da realização do conteúdo opinativo. Assim, é o próprio Canal Futura e o NIS que são postos como alvos de observação e de reações de seus públicos e de seus parceiros. Organizações que “se observam sendo observadas” para melhor questionar, conhecer e desenvolver a eficácia de sua atuação.

0.2 Perfil dos parceiros: o Canal Futura e o NIS

O **Canal Futura** é um projeto social de comunicação e educação, de interesse público, mantido pela iniciativa privada.

Há 11 anos, o Futura foi concebido como um modelo educacional que abrange a grade de programação do Canal e sua utilização pedagógica através de ações presenciais planejadas junto a instituições cadastradas. O alcance do meio televisivo, associado à ação presencial e à organização da audiência, pode responder de modo competente a algumas das necessidades de jovens, famílias e comunidades, visando contribuir para a transformação social.

Hoje, 40 milhões de telespectadores têm o hábito de assistir ao Futura, que tem mais de 83 mil horas de programação, e está acessível a 73 milhões de pessoas através de antenas parabólicas convencionais, na polarização vertical 20, em rede aberta - por meio de parcerias com TVs universitárias e no Canal 18 (Geradora Educativa) em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, - e pela TV a cabo no sistema NET e SKY.

Pautada em pesquisas quantitativas e qualitativas e no “feedback” das instituições cadastradas, o Futura levanta interesses e necessidades educacionais e sociais do

público atingido e estabelece uma alimentação constante da programação do Canal. Nesse sentido o Canal tem se aventurado ainda de forma tímida, pela chamada pesquisa formativa.

O Canal Futura transita na pesquisa formativa, sem a preocupação de teorizar, mas usando-a como ferramenta de avaliação da sua grade, como na série “Que exploração é essa” quando foi realizada na Casa de Passagem (Recife) e contribuiu para a caracterização dos personagens e desenvolvimento do roteiro.

Importante mencionar que para atender a interesses, necessidades educacionais da nossa população, o Futura definiu grandes linhas editoriais e os princípios que orientam toda a sua atuação: ética, pluralidade cultural, espírito empreendedor e espírito comunitário.

O tema cidadania é uma reflexão sempre presente nos temas e projetos do canal, seja tratado de forma direta ou transversalmente. Cidadania também é um dos principais temas de interesse de nosso público e inteprogramas são formatos diretos e com alto poder de comunicação que se prestam muito a dicas práticas.

O NIS – Núcleo de Inclusão Social – é um grupo universitário interdisciplinar formado por estudantes e professores em torno de projetos de pesquisa e do desenvolvimento de mecanismos de democratização do conhecimento e da cidadania.

Para isso, o NIS busca ampliar a reflexão e sensibilizar a comunidade para situações de vulnerabilidade, discriminação e exclusão social, criando pontes entre a universidade e a sociedade.

O NIS desenvolve projetos de pesquisa por conta própria ou em parceria com centros universitários internacionais ou com outras instituições. Um dos projetos desenvolvidos é a Pesquisa Qualitativa sobre Desenvolvimento e Inclusão Social realizada com profissionais de liderança de diversas áreas da gestão pública, buscando restituir suas visões sobre o país, e contemplando diversas regiões, esferas de governo e tipos de aglomeração.

O NIS mantém algumas publicações como a revista *Diversitates* (de filosofia e ciências sociais, disponível em diversitates.com) e os papers do Seminário de Ética e Filosofia Política (acessível a partir do site projetonis.com). Com o intuito de promover a inclusão social e o exercício da cidadania, o NIS também produz cartilhas que buscam esclarecer noções cívicas básicas e propiciar o debate sobre temas de grande importância para a sociedade, relacionados aos direitos humanos e à democracia.

Enfim, o NIS promove diversos eventos – mostras, debates, palestras, cursos de curta duração – no intuito de aprofundar o conhecimento e trocar idéias sobre os temas de interesse social.

A lista detalhada de projetos e demais informações sobre o NIS estão disponíveis em projetonis.com.

Juntar a articulação da mobilização Comunitária do Futura à expertise do NIS em pesquisa nas áreas de ciências humanas e ciências sociais para a realização de conteúdo sobre cidadania dá uma nova dimensão às pesquisas que já vinham sendo realizadas regularmente por cada um dos parceiros (pesquisas formativas, fóruns temáticos e conversas com a audiência no caso do Canal Futura, pesquisas acadêmicas que adotam diversos tipos de metodologia no caso do NIS). Com efeito,

para o NIS o projeto oferece um vínculo com as redes sociais atuantes, além de conferir maior alcance e novas perspectivas às pesquisas. Para o Canal Futura, coloca uma nova parceria para a análise de temas para programas, interprogramas e projetos que tendem a aproximar a programação cada vez mais do público a que se destina.

0.3 Quem realiza a série de interprogramas

A **TV UFOP**, pertencente à Universidade Federal de Ouro Preto, e localizada nessa cidade (estado de Minas Gerais) foi escolhida para executar a série de 20 interprogramas da série Dicas Práticas de Cidadania. A UFOP possui parceria com o Canal Futura desde 2007 e é uma Universidade com excelência na área de Direito, tendo envolvimento estreito com questões relacionadas a Direitos Humanos e Cidadania.

A TV UFOP produz material audiovisual para o Jornalismo nacional do Canal Futura e para diversas outras produções de grade do Canal.

Em 2009, ganhou o Prêmio Jornalismo Futura na categoria Melhor Reportagem realizada no ano.

Capítulo 1 – Primeiro Grupo

1. Análise do perfil dos participantes

1.1 Um público bem informado

Para esta etapa da pesquisa formativa foram convidadas instituições parceiras que fazem parte da rede do Canal e que desenvolvem a temática da cidadania como eixo transversal². São portanto membros de instituições que têm um conhecimento mínimo do Canal Futura e de sua programação, e que muitas vezes mantêm uma relação regular com o Canal. Evidentemente, isso afeta o teor das declarações, uma vez que tende a favorecer posturas amigáveis. Porém, não afeta o caráter crítico das declarações em relação ao tema tratado ao às recomendações feitas para a realização dos inter-programas.

Todos os participantes do grupo são atuantes e possuem um histórico de mobilização. Trata-se de um público bem informado sobre a área em que atua, embora o perfil dos participantes varie com respeito à formação e ao conhecimento dos instrumentos legais (mas todos possuem conhecimento jurídico básico).

Todos os participantes têm algum conhecimento da grade de programação do Canal Futura, e alguns utilizam (ou já utilizaram) os programas do canal em atividades educativas, também através dos vídeos postados no *Youtube*.

² O Canal Futura procura priorizar a articulação com uma rede qualificada de instituições de referência, capazes de apoiar o canal na formulação, utilização e avaliação dos programas, bem como contribuir para monitorar e atualizar os indicadores sociais do Canal, entendido como projeto social de comunicação. Nesse sentido a área de mobilização comunitária do Futura promove ações relacionadas à programação do canal, tais com o utilização pedagógica de programas nas instituições parceiras, a elaboração de projetos temáticos interdisciplinares a partir das séries de televisão, a distribuição de conteúdos complementares aos programas, a sugestão de personagens entrevistados, conteúdos e consultores a partir da rede de Audiência Compartilhada do Futura, além de avaliação qualitativa da produção.

1.2 Perfis das instituições participantes

O perfil dos participantes varia em relação ao tipo de organização em que atuam assim como na maneira de abordar os problemas.

Em relação aos tipos de organização, estavam presentes organizações de base comunitária, e organizações de assistência especializadas em um tema específico: educação, assistência jurídica, saúde, direitos civis, direitos humanos, produção áudio visual e hip hop.

No primeiro caso, as associações são fundamentadas num ideal de auto-organização das comunidades, com uma base territorial forte. Já no segundo caso, trata-se de associações fundamentadas na tradição liberal e que se contrapõem ou complementam a ação do Estado. Esse último caso é fortemente presente na história da formação das ONGs no Brasil, seja por uma vertente mais opositiva em relação ao Estado, seja por uma vertente mais ligada à assistência.

Essa diferença de fundamentação é refletida na maneira de analisar as questões políticas e sociais (posicionamento em relação às comunidades e territórios), na crença ou descrença em relação à atuação das instituições, assim como na maneira de propor soluções e de mobilizar-se.

No primeiro caso, o modo de ação é mais pragmático, baseado na mobilização popular em prol da ação e da cobrança. No segundo caso, o modo de ação é mais sistematizado e mais enraizado nos processos e recursos legais. Mas em todos os casos os dois tipos de ação podem intervir, embora em graus distintos.

As discussões mostraram que o conhecimento aprofundado de instrumentos legais e o recurso aos mesmos (caso dos membros de organizações de tradição liberal) não é necessariamente concomitante com uma maior confiança nas instituições e nos processos políticos. Pelo contrário, tais associações são muitas vezes egressas da descrença e desconfiança em relação às instituições políticas.

Apesar da possibilidade de distinguir as associações e seus membros de acordo com a fundamentação de sua atuação, tal tipologia encontra rapidamente limites.

Em primeiro lugar porque há fortes pontos de convergência nas opiniões de todos os participantes do grupo: análise dos direitos e das carências, análise do papel do Ministério Público, importância dada à mobilização das associações em rede (todos acharam que o encontro “conversa com a audiência” é um espaço fundamental para conhecer outras organizações) e à mobilização das lideranças comunitárias como meio privilegiado de obter resultados.

Em segundo lugar porque entre dois membros de associações aparentemente similares as opiniões e as relações com os poderes políticos instituídos podem divergir fortemente (por exemplo, a relação com alguns vereadores).

2. Principais pontos estruturais da reunião

2.1 Pontos de convergência entre os participantes

Algumas idéias-chave podem ser extraídas:

- em relação aos problemas sociais e políticos: a dificuldade de aplicação dos direitos existentes (o que torna mais difícil dar dicas sobre os recursos legais), a

desigualdade territorial mesmo entre comunidades pobres, dificuldade de acesso a serviços sociais pela população.

- em relação às causas da falta de cidadania: de um lado o cerceamento de direitos pela opressão do aparelho de Estado, de outro lado o medo e a falta de conhecimento paralisantes da população.

- em relação à mobilização: importância da ação em rede e da mobilização de lideranças.

2.2 Principais recomendações sobre a maneira de abordar os temas

De maneira geral, os participantes alertaram para a dificuldade de dar dicas práticas sabendo que a eficácia dos processos em jogo é relativa.

Essa distância entre existência de direitos e dispositivos sociais e sua eficiência real, provoca por sua vez uma distância entre o diagnóstico dos problemas e as dicas práticas.

Por exemplo, os participantes alertam para a importância das múltiplas formas de exercício da democracia, mas devido à eficácia relativa dos Conselhos Municipais – como, por exemplo, os de Saúde, Direitos da criança e do adolescente, Saúde, educação, etc. – tendem a priorizar a educação eleitoral no leque de dicas práticas.

Da mesma forma, todos concordam com a importância de denunciar os casos de violência, mas discordam sobre as recomendações a serem feitas em relação ao tema, dada a relativa ineficácia dos canais de denúncia e dos programas de proteção de testemunhas.

Diante dessa dificuldade os participantes recomendam alertar sobre a eficácia relativa dos dispositivos institucionais, evitando um olhar ingênuo ou demasiado otimista sobre os mesmos. Isso certamente impõe uma dificuldade aos realizadores dos inter-programas, com o risco de elaboração de uma mensagem contraditória (de um lado o apelo à mobilização, de outro lado a descrença nos resultados dos recursos acionados).

Todos ressaltaram a importância da mobilização popular e da autonomia, condizente com o valor de iniciativa do Canal Futura. Essa mobilização não se faz necessariamente de maneira massiva, mas pela utilização dos braços de alavanca que são as lideranças comunitárias.

3. Principais declarações dos participantes organizadas por tema

Conforme desenvolvido abaixo, os principais temas relativos à cidadania que foram mencionados pelo grupo são: os instrumentos de participação política (da eleição à fiscalização popular), a socialização dos serviços sociais, a socialização dos instrumentos jurídicos, o acesso à saúde, à educação, à cultura, ao transporte e à segurança, as questões sexuais, os problemas de violência pública ou privada.

3.1 Os principais direitos e os problemas na sua implementação ***Cerceamento de direitos***

“Há cerceamento de direitos políticos e dificuldade de aplicação dos direitos sociais. Há uma série de direitos, mas há dificuldade para Estado de Direito de garantir sua implementação. No caso dos direitos humanos, do negro ou da mulher.”

“A escola que está em espaço popular deve garantir uma educação de qualidade, mas, em escolas que estão situadas em áreas consideradas passíveis de violência e ou de tiroteio entre policiais e o crime organizado, a criança não tem direito à recreio.”

“O SUS é considerado um dos melhores programas de saúde do mundo, mas é preciso ver como isso se efetiva na prática.”

“O Estado é cerceador de direitos. Por exemplo, nos casos de violência policial, quando um jovem é algemado, o que se opõe aos estatutos de direitos da criança e do adolescente.”

“Há concepções equivocadas que geram políticas públicas equivocadas, por exemplo, na área de segurança pública, com o caveirão³.”

“Na prática a lei da vadiagem ainda existe. No entanto, não tem nenhum lugar onde diz que a gente tem que andar com carteira de identidade. Muitas vezes quando o jovem está sem carteira de trabalho na favela ele está lascado.”

“O direito de ir e vir é importante. Por exemplo, para a juventude da baixada (Rio de Janeiro). Custa quase 27 reais para se deslocar até o canal Futura. Quem tem isso?. O jovem não consegue ir até o centro cultural que oferece programação gratuita.”

“Os jovens da baixada reivindicam educação, saúde, cultura, o direito de ir e vir, segurança (inclusive para ir e vir).”

“A Constituição Federal estipula o direito à livre circulação em tempos de paz. Mas o caveirão entra na favela gritando “sai da rua, morador”.

³ Nome popular dado ao carro blindado da polícia que é usado no combate ao tráfico, para apoiar ou resgatar os policiais e pessoas feridas nas localidades conflagradas pelo crime organizado na cidade do Rio de Janeiro.

“A mãe vai reclamar no Batalhão que o menino levou um tiro porque ia comprar pão? Vai recorrer a quem? Ela tem o direito de reclamar, mas a garantia de você ter uma resposta é muito complicada ainda no nosso país.”

Desigualdade territorial e carências sociais

“Não tem caixas de cultura na baixada, são pouquíssimas. Só no centro de Caxias, e custa 4 reais para ir até lá. Mais ainda, se for a família toda.”

“Só há distribuição de camisinhas para quem estiver cadastrado (no posto de saúde), e com a autorização dos pais para o menor, e mesmo assim são só sete camisinhas distribuídas para uma pessoa por cada vez.”

“A cidade do Rio é desigual. O morro do Cantagalo tem mais facilidade do que uma favela da Zona Oeste. O município do Rio concentra todas as ONGs. Entre numa casa de um morador daqui e de um morador da baixada para ver: eles já são ricos.”

“Há uma procura maior por cursos preparatórios por parte de quem vem da baixada, mas é mais difícil vir. Aqui tem tudo na mão, o acesso é mais fácil.”

“Até para reivindicar: o local da reivindicação é no Centro, porque na Baixada tem, mas não funciona muito bem.”

Medo, falta de conhecimento, concepções equivocadas

“O medo é um elemento muito forte. E também o desconhecimento.”

“Há pouco acesso ao conhecimento que acaba recaindo sobre as pessoas pobres.”

“Agradeço a Deus por ter filosofia e sociologia no 2º grau. A gente é educada para não reivindicar, não questionar.”

“Há venda de votos, não pense que isso é só no Nordeste. Ou então votar e não lembrar em quem votou.”

“É importante construir na sociedade a idéia de que o jovem na favela é um igual. Há a imagem da favela versus a cidade. Por exemplo quando a mídia diz: “o assalto aconteceu próximo ao Complexo do Alemão” já está sub-entendido que a favela é local de violência”.

Instrumentos usados para pesquisas e para desenvolver o conhecimento

- Pequenos estatutos, como o estatuto do idoso (ou também sobre mulheres, direitos dos jovens, direitos do consumidor, etc.).
- Google.
- Aprendizado no contato do trabalho, na fala com o outro (reuniões, trabalho em rede, conhecimento de quem é referência para quê).
- listas (lista de instituições do terceiro setor, boletins do governo federal com instituições cadastradas).
- Imprensa.

3.2 Formas de atuação

A relação com os políticos

“Tem um pessoal eleito da ala progressista, de esquerda, que escuta melhor. Por exemplo, quando organizamos um debate com vereadores, a gente sabe quem vem, quem não aparece só na linha eleitoral. Tem um pessoal próximo em questões, como o grupo da Comissão de Direitos Humanos, de saúde, uma frente parlamentar.”

“Tem uma entrada. É micro, mas tem.”

“Também tem os que estão lá para montar o seu centro social e não para conversar com os outros. Porque vai ter uma relação oportunista com o morador.”

Canais de reivindicação

“O Ministério Público. É mais fácil conseguir numa faculdade ou num Ministério Público daqui, porque na Baixada tem, mas é muito complicado, depende da gestão.”

“As lideranças comunitárias estão tendo mais oportunidades de acesso ao Ministério Público na área jurídica.”

“Ouvidorias são canais, mas de qualidade questionável.”

“Um caminho é a participação em Conselhos. Depende da prefeitura. São deliberativos, mas dependem da vontade política.”

“Os órgãos locais às vezes são mais atentos. Começar mais próximo às vezes é mais eficiente. Por exemplo, saúde e educação na prefeitura.”

“Tem certas coisas que só funcionam na burocracia. No caso da matrícula (escolar) online, quem tem Internet em casa?”

“Os 0800 às vezes funcionam.”

“Quando chega na hora de pedir, começa a esbarrar em um monte de coisas. Por exemplo, no caso do exercito no morro da Providência, A ONG do João Tancredo estava apoiando. Muitas das ONGs estavam trabalhando nisso.”

Formas de mobilização

“Acionamos a rede.”

“São resoluções muito mais efetivas. Mas também estou meio desacreditada.”

“Na baixada, é pressão política. Quando entramos com câmera de filmagem, na hora nossas reivindicações foram atendidas. A gente faz a pressão, já aprendem a lidar com a galera. Eles não gostam de escândalo, nós também não.”

“As mídias parceiras são importantes.”

“O povo mobilizado amedronta. Mas a gente não consegue mais mobilizar o povo, como nos anos 1980. Mas tem pessoas-chave que você tem que mobilizar. Tem que mobilizar os líderes. Nem todo o mundo quer entrar nas discussões, nos debates, não dá para forçar. Mas se você tem as pessoas certas no debate, isso vai influenciar as coisas. Tem que aprender a trabalhar assim: quem são os líderes? E o trabalho vai ser feito.”

“Brigar por segurança pública não é que nem educação. As questões são mais complexas. Daí você tem que se juntar. Por exemplo, fizemos uma caminhada, que não mudou o cenário, mas você consegue mobilizar. Não tem como resolver se não for pela força da mobilização popular.”

O resultado do trabalho das ONGs

“Há efeitos multiplicadores, como alunos que reproduzem cursos, como no caso dos promotores legais populares.”

“As ONGs têm um papel importante porque preenchem os vácuos do Estado. Há exemplos de projetos que deram certo com um potencial enorme. As organizações muitas vezes oferecem mais que as prefeituras.”

“Há muitas vezes uma visão pontual do movimento social. É aquele que consegue aquele benefício, mas o grupo continua excluído.”

“Por exemplo, em Duque de Caxias, o projeto de atendimento à primeira infância.”

“Ofícios foram encaminhados à sub-secretaria de habitação. Havia muitos valões. Nesse caso, depois de seis meses, houve alguma resposta, com equipamentos, retro-escavadeiras.”

3.3 Idéias para os interprogramas sugeridas pelo grupo

Democracia

“Ter noção que a democracia não é só nas urnas e na eleição.”

“Qual a função do prefeito, do vereador?”

“De que forma cobrar, como eu faço para cobrar depois?”

“As pessoas não sabem que qualquer um pode fazer uma petição. As pessoas acham que precisam de advogado para tudo.”

“Participação política do jovem, como a importância do título de eleitor. Não só tirar o título e votar, mas saber porque está fazendo isso. E fiscalizar, com acompanhamento político.”

“Sobre os Conselhos: de educação, saúde, trabalho. São lugares para participar e recorrer.”

“Sobre iniciativa popular, os projetos de lei de iniciativa popular.”

Serviços sociais

“Socializar a existência de determinados serviços. Por exemplo, alguém que vai resolver um problema na Alerj.”

“Como acompanhar pela Internet, como por exemplo, no Portal da Transparência.”

“Popularizar o ministério público e o acesso à justiça. O que é promotoria e defensoria, a mediação de conflitos, as ouvidorias”

“Cultura gratuita: as pessoas têm direito aos centros culturais, Caixa, CCBB. Ao museu mais barato ou grátis.”

“O direito de ir e vir também para pessoas deficientes. O direito à acessibilidade; onde reivindicar, denunciar? No Rio já é obrigatório ter acesso. Às vezes tem rampa mas não tem banheiro. Isso já é lei.”

Saúde

“Sobre o exame de AIDS. É gratuito e todos têm direito”

“Sobre aborto e legislação: em quais casos nossa legislação permite? Mas atenção: cuidado na forma de abordagem para não culpar a jovem que aborta, que é assediada moralmente no hospital, enquanto o hospital tem que atender quando elas chegam em processo de aborto.”

“Direitos das crianças especiais.”

“Sobre apoio ao usuário de drogas, com várias vertentes. Por exemplo, um menino perguntou pra gente: “como eu ajudo minha mãe a largar isso?”. Também sobre as casas de liberdade, para as crianças usuárias de craque.”

Educação

“Sobre acesso à educação: supletivo, ensino à distância.”

Violência

“Sobre exploração sexual, os canais de denúncia.”

“A Questão racial, de violação de direitos.”

“Importância dos “disque”: denúncia, racismo, violência doméstica (também é importante esclarecer a lei Maria da Penha).”

“Hoje os jovens tem acesso a telefone, tudo isso, e vêm muita coisa. Temos que formar adultos com esse compromisso, de denunciar, formar adultos com menos medo.”

“Sobre trabalho escravo como alerta, por exemplo, sobre as empregadas domésticas trazidas do interior para o Rio de Janeiro.”

Sobre o programa de proteção à testemunha

“Sobre proteção de testemunhas em questões de homicídio, por exemplo, em áreas de chacina.”

“O problema é que o programa de proteção não funciona, há pessoas que morreram. Mas se souberem que existe, é uma forma de fomentar.”

“Eu sou contra porque o cara vai pra longe, mas morre a família.”

“Já vi situações bem sucedidas. Algumas pessoas não levam adiante por medo, mas outras sim.”

“Tem que mostrar também a fragilidade do programa de proteção.”

“As próprias pessoas que trabalham nesses programas são visadas. Várias pessoas que trabalham são assassinadas.”

Anexo1 – Lista de participantes e instituições

1. Ana Carolina Leitão – Projeto Legal – Organização dos Direitos Humanos (RJ)

Parceiro na Maleta Democracia.

ONG que trabalha com direitos humanos e juventude.

Atuação Direta: com jovens em acompanhamento jurídico, violação nos direitos humanos com jovens e familiares, na formação, capacitação para profissionais na área social, grupos, movimentos e organizações da sociedade civil.

Atuação Indireta: organiza e participa ativamente de campanhas e eventos (Seminários, Congressos, Colóquios) e dos espaços de debate e deliberação de políticas (movimentos, associações, conselhos e fóruns) em âmbito local e nacional. Também busca atingir a sociedade civil através do uso dos meios de comunicação

como jornais de grande circulação, rádios, Internet, listas virtuais de discussão e através de publicações produzidas a partir dos projetos desenvolvidos no âmbito dos programas.

2. Hélio Almeida de Abreu – Ser Cidadão (RJ)

3. Luciana Martins Raposo – Ser Cidadão (RJ)

Parceiro na Maleta Democracia.

OSCIP que trabalha com capacitação profissional.

Atua diretamente na capacitação de jovens em situação de risco por meio de diversos projetos.

Todos os projetos são pautados na educação como ferramenta de transformação social e visam mais do que as capacitações profissionais, fazendo com que todos os alunos passem por um processo de conhecimento em si, dos outros e do ambiente em que vivem, desenvolvendo o espírito crítico e se tornando cidadãos plenos, conhecedores de seus direitos e deveres.

4. Danielle Bittencourt – Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS (RJ)

5. Fabiana Oliveira – Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS (RJ)

Parceiro na Maleta Saúde

ONG que trabalha com temas relacionados à saúde e com projeto Médico de Família.

Atuação Direta: empoderamento de adolescentes com atividades de capacitação e empreendedorismo.

Atuação Indireta: cria e testa modelos para políticas públicas. Contribui para melhorar a qualidade dos serviços existentes. Desenvolve pesquisas em parceria com universidades, organismos internacionais e Ministério da Saúde.

6. Janaína Oliveira – Movimento Enraizados (RJ Baixada)

7. Leonardo dos Santos Barreto – Movimento Enraizados (RJ Baixada)

Parceiro na produção do Diz Aí!

Sedes no Rio de Janeiro e São Paulo, mas articula instituições e profissionais de outros estados do Brasil.

Atuação Direta: articula pessoas que trabalham com Hip Hop; organiza coletâneas de músicas com os artistas; busca promover a conscientização de moradores de comunidades do Rio de Janeiro através do Hip Hop.

8. Flávia Caetano – CUFA – Central Única das Favelas (RJ)

Parceria na produção de matérias, com a participação de jovens no geração e na participação do diretor Celso Athayde no Sala de Notícias.

Trabalha o Hip hop como inclusão social e desenvolvimento humano, temática afro, audiovisual.

Direta: atua na formação/informação de jovens de comunidades populares do RJ (Brasil), por meio de atividades educacionais, de lazer e outras – de modo a contribuir para o desenvolvimento humano.

Indireta: atua por intermédio de uma rede formada por bases da própria CUFA e parceiros de vários estados do Brasil.

9. Francine Helfreich – Redes Maré (RJ)

Parcerias nas diferentes iniciativas, demandas pelo Futura e/ou pela Redes e na consolidação de uma sala Futura.

A Redes, desenvolve trabalhos com Educação, Cultura, Comunicação, Participação Comunitária e Desenvolvimento Local, através de diversos projetos e parcerias.

10. Janete Shubert – PROAME / CADECA (SC)

Parceiros na Maleta Democracia.

O PROAME/Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber (CEDECA) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, estadual e federal, que atua desde 1988 no município de São Leopoldo/RS e no estado do RS, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO II – Segundo Grupo

1. Análise do perfil dos participantes

O grupo que participou do segundo debate⁴ é constituído de 13 alunos do último ano do Colégio Estadual Amaro Cavalcante⁵. Os alunos têm entre 15 e 19 anos, com exceção de uma participante de mais de sessenta anos. O número de mulheres é predominante em relação ao número de homens, de 11 contra 2, o que deve ser levado em conta na análise das declarações. As declarações recolhidas tendem a refletir a opinião da parte do grupo constituída por mulheres entre 16 e 19 anos, que além de compor a maioria dos indivíduos do grupo também foi mais ativa em termos de tempo de fala e número de declarações.

As condições sócio-econômicas desses jovens são bastante diversas em relação ao local de moradia e ao acesso a bens culturais e de consumo. No entanto, todos têm acesso a televisão e Internet (embora muitos não tenham banda larga em casa), essa última sendo utilizada principalmente para participar de redes sociais e realização de pesquisas escolares. Alguns participantes também declararam utilizar a Internet para leitura de jornais.

⁴ O primeiro debate foi realizado com adultos membros de associações engajadas em causas relacionadas à cidadania.

⁵ Amaro Cavalcanti Soares de Brito (Caicó, 15 de agosto de 1849 – Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1922) foi um jurista e político brasileiro e em 1917 foi nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro quando esta ainda era distrito federal. Governou até 1918 quando foi nomeado ministro do Estado da Fazenda pelo então presidente delfim Moreira

Muitos dos jovens alegaram quase não assistir a TV e utilizar pouco a Internet por falta de tempo.

A pessoa de mais idade demonstrava conhecer melhor a grade de programação do canal Futura porque assistia com frequência aos programas educativos do canal.

Os participantes não declararam pertencer a nenhuma corrente religiosa ou associativa, com exceção de uma jovem adepta da igreja evangélica, que permaneceu mais retraída durante a reunião, e cujas opiniões destoavam sensivelmente do resto do grupo.

Ao contrário do que ocorre numa pesquisa realizada com um grupo de adultos engajados socialmente ou politicamente, aqui as declarações ocorrem de forma menos espontânea, mediante estímulos diretos do animador, que aponta temas e questões a serem discutidos.

2. Principais pontos estruturais da reunião

2.1 Referências básicas

Ao falarem de seus direitos, os jovens demonstraram distinguir pouco o espaço público do espaço privado. A referência aos direitos e à cidadania passa sistematicamente pela relação com os pais (relação com a educação recebida dos pais e com o pátrio poder) e pelo espaço de aprendizagem que é a escola (reivindicações junto aos professores e diretores).

No entanto os jovens evidenciaram ter conhecimento de diversas questões relacionadas à cidadania, uma vez que mencionaram vários problemas e reivindicações de caráter público (ligados a condições de iluminação pública e saneamento, por exemplo). Além disso, demonstraram ter consciência dos aspectos territoriais da desigualdade (sendo esse um ponto em comum com o grupo de adultos que participou da primeira fase da pesquisa).

Apesar de abordarem com facilidade a discussão sobre problemas sociais (de trabalho, de saneamento...), a noção de direitos que surge implicitamente através das declarações recolhidas está relacionada com uma definição liberal e tradicional dos direitos e não com uma definição dos direitos sociais. Os direitos citados espontaneamente como sendo os mais importantes são os direitos de expressão, de livre circulação (e não o direito à moradia, ao trabalho e ao saneamento urbano, por exemplo).

2.2 Pontos de discussão entre os participantes

Ao longo do debate foi possível observar o surgimento de uma questão central que permeava o conjunto de declarações: o conformismo da população em relação aos problemas de cidadania se deve à falta de recursos (financeiros, de informação, etc.) ou à falta de interesse? Essa questão pode ser considerada como a espinha dorsal do debate na medida em que em torno dela as opiniões se dividem e se confrontam. Em geral é recusado o argumento da falta de informação, proposto pelo animador. Mas essa recusa é ponderada pela existência de uma informação incompleta.

Outro ponto de discussão foi o ponto de vista sobre jovens mulheres em situação de gravidez indesejada. Algumas jovens demonstraram uma posição intolerante frente à gravidez indesejada de menores de idade, ao contrário da posição sustentada pelos

membros de associações que haviam participado da primeira reunião da pesquisa. Algumas jovens tendem a colocar as menores grávidas em posição de culpa. Outras ponderam esse julgamento apontando a falta de estrutura familiar como uma das causas da gravidez indesejada.

Enfim, esse tema de discussão foi relacionado a um outro tema também alvo de opiniões divergentes: a qualidade dos serviços disponíveis nos postos públicos de saúde e a oferta de meios preventivos.

2.3 Visões sobre a mobilização individual e coletiva

Todos os participantes da reunião mostraram-se extremamente céticos em relação à representação política e aos mecanismos de eleição, assim como em relação à capacidade de mobilização da população.

Os principais sinais da mobilização dos jovens evocados por eles mesmos estão relacionados a:

- reivindicações junto à escola e ao pais.
- busca de oportunidades: acesso à universidade, a concursos públicos para empresas, sempre com queixa de falta de informação sobre essas oportunidades (o que pode ser um tema explorado pelos inter-programas).

3. Principais declarações dos participantes organizadas por tema

3.1 Os direitos mais importantes

“Ter respeito pelo outro.”

“Em relação à opção sexual de um jovem. Hoje em dia, não é mais algo abafado, e há muito preconceito com isso. Deveria haver mais respeito quanto a isso. E muitas outras coisas.”

“Quando você compra um produto e aquilo não dá certo, ter o direito de reclamar.”

“Direito do jovem se expressar.”

3.2 Os canais de informação sobre os direitos

- Internet
- Radio, com informações nos intervalos dos programas
- TV
- Escola
- Família (“minha irmã trabalha no TRT”)

3.3 Os meios de reivindicação

A escola

“Começa pelo lugar que a gente acha que tem mais informação. Na escola, com meu diretor.”

“Na escola, sobre a forma de ter aula.”

“Tem muita gente que não concorda com coisas que acontecem dentro da escola mas tem medo de falar, dos pais ficarem sabendo.”

Os pais

“Os pais querem obrigar seus filhos a pensarem como eles, a idealizar o que eles idealizam.”

“Se tivesse uma matéria dedicada aos pais, para prestar mais atenção e se dedicar mais aos filhos... “

“Aquilo que vem no pensamento desde criança não vai mudar assim.”

“Não vai mudar radicalmente, mas vai mudar um pouco, quando o filho vier perguntar algo.”

“Falta de interesse pela gente, falta de respeito por eles, ignorância das duas partes.”

“Aconselhar o jovem a entrar sozinho na consulta médica.”

O voto

“Vou votar nulo porque é uma corrupção só. “

“Vou passar longe da urna.”

“Por mim nem votaria.”

“São todos a mesma coisa. Vão na favela, dão um negocinho aqui outro ali, e depois se elege e não dá.”

3.4 A ausência de mobilização popular e seus motivos

Comodismo e ausência de mobilização

“As pessoas se contentam com pouco, com tudo que recebem, sapato...”

“Esse é o grande problema.”

“Pegam o que é oferecido, dinheiro, porque não sabem se a pessoa vai passar ali de novo...”

“Se eu fizer uma reclamação, o prefeito vai me escutar? Não. Então as pessoas se acomodam.”

“Minha rua [em Santa Cruz] vive esburacada, com lixo. Não adianta nada falar. Todo mundo fica olhando.”

“Vão com a multidão, no caminho mais fácil.”

“O presidente da comunidade não faz nada. Só sobe com sopão.”

“Um lado da rua estava com luz e o outro lado sem luz. Um morador subiu no transformador para consertar. A [companhia fornecedora de luz] veio e disse: vocês não pagam a luz e querem reclamar? Depois trouxeram o transformador.”

Informação

“O povo não sabe dos seus direitos.”

“As pessoas que têm mais condições sabem como fazer, com quem falar, a pessoa certa.”

“Mesmo se as pessoas soubessem mais, não usariam os direitos. Estão acostumadas, acomodadas.”

“Se elas soubessem, ia ser mais fácil. Se eu não tivesse a informação, seria mais difícil fazer. Acho que fica mais fácil, sim.”

“Quando não tem informação, vão para o comodismo.”

“Tudo vai ser o máximo, porque acham que não podem mais do que aquilo.”

“Tem informação na rádio, na rua.”

“Não é falta de informação, é falta de vontade.”

“Na favela tem Internet de graça. Mas o pessoal só acessa para Orkut. Falta interesse.”

“Tem informação, mas não oferecem informação completa.”

Falta de recursos financeiros

“Uma pessoa que tem dinheiro vai poder pagar advogado, dinheiro de passagem quantas vezes for necessário.”

“Uma batalha judicial, as pessoas não têm como levar adiante porque o custo é muito alto. Então aceitam a primeira proposta: dinheiro.”

“De repente a falta de recursos seja o principal problema.”

“Hoje em dia tudo é dinheiro.”

“São vários motivos. É falta de recurso, de informação, comodismo.”

3.5 Reações a temas de cidadania propostos pelo animador

Melhora do acesso à universidade e outras oportunidades

“Com certeza melhorou.”

“A escola foca só no Enem e não em outras possibilidades. “

“Na Internet tem mais informação.”

“Na questão de saber as coisas, tem que correr atrás. Por exemplo: agora surgiu o projeto jovem aprendiz dos Correios. Só vi porque li no jornal e entrei no site. Não vi na TV, não vi cartaz na rua.”

“Um concurso da Petrobrás não foi divulgado. Muitas pessoas deixaram de se inscrever porque não tiveram essa informação.”

“Na escola deveria ter um mural informativo sobre isso. As vezes tem, às vezes não.”

Saúde pública

“A saúde está um caos.”

“Não tem médico, não tem água, não tem remédio.”

“É uma tristeza.”

“Se você passa pela emergência, você vê coisas e fica desesperada. Você passa mal por ver as pessoas ali.”

“Sem falar das condições de higiene.”

“Colocam as pessoas no chão.”

“E todas juntas.”

“Cada vez que [a pessoa] vai, nunca volta com o papel de encaminhamento.”

“Gosto do posto [perto de onde moro]. É ruim só para marcar consulta.”

“Lá só tem informação.”

Gravidez de jovens menores de idade

“Hoje em dia, no mundo que a gente está, não tem como ficar grávida sem querer.”

“Não é desculpa dizer que ficou grávida sem querer, é sem-vergonhice.”

“É só ir no posto e pedir [preservativos].”

“Tem que fazer um tipo de matrícula, por dez reais.”

“No posto lá de casa, para meninas de mais de vinte e um anos, colocam DIL, de graça.”

“Quem tem recurso, opera.”

“Na maternidade, depois de três filhos, eles ligam [as trompas] de graça.”

“Só se for onde tu mora, pra cá [zona sul].”

“Se tem dinheiro para beber, tem para usar camisinha.”

“Numa família totalmente desestruturada, é mais fácil engravidar.”

“As mulheres pegam filho para prender homem.”

“Na minha casa ninguém conversa comigo sobre isso. Eu já tenho 16 anos e relações sexuais, e não pretendo engravidar.”

“Se minha mãe e meu pai não sabem, não aceitam que eu não seja virgem, e eu não posso tomar remédio, e a camisinha estoura, e aí?”

“Quando a gente quer uma coisa, a gente corre atrás.”

Acesso à cultura

“São poucos [os museus e centros culturais], muito poucos. A maioria tem que pagar, e não tem meia entrada.”

“Se está com a carteirinha, não deveria ter que pagar nada, não.”

“Agora é lei.”

“Se eu vou para o cinema para me divertir, quem vai se estressar dizendo que é lei?”

“Tem que lutar pelos nossos direitos, mas são essas coisas que não valem a pena.”

“Antes de nós, quem tem que saber é a pessoa que está lá.”

“Eles sabem dos direitos (os proprietários de cinemas), são os primeiros a saber, mas não fazem por dinheiro.”

“É obrigação deles saber das leis (os proprietários de cinemas).”

“Como muita gente não faz questão, passa.”

“A gente prefere pagar do que ficar se estressando.”

“Muitas pessoas também têm vergonha.”

Considerações Finais

Como já mencionado, os dois grupos reunidos para a realização da pesquisa correspondem a públicos muito diversos que de alguma forma se relacionam com o Canal Futura. Porém os dois grupos cobrem uma parcela bastante exígua dos perfis brasileiros suscetíveis de serem atingidos pelos inter-programas e de se interessarem pelas “dicas práticas sobre cidadania”. Sem perder de vista as limitações da pesquisa, devidas sobretudo a sua concentração em meios metropolitanos, pode-se tecer algumas considerações gerais sobre as observações efetuadas ao longo das reuniões.

A leitura das declarações dos dois grupos mostram diferenças elementares não só com respeito à informação mas também com o modo de funcionamento e interação entre os indivíduos, com os interesses, convicções e crenças. Qualquer tentativa de síntese seria artificial e teria seus limites rapidamente evidenciados. No primeiro caso trata-se de atuantes de diversas áreas sociais, politizados (embora muitas vezes céticos em relação à representação política tradicional), familiarizados com os instrumentos legais e as instituições, conhecedores dos meios mais eficazes de reivindicação e com reflexão já desenvolvida sobre os problemas relacionados à cidadania. No segundo caso, trata-se de um público em formação, extremamente cético com relação a qualquer perspectiva de atuação política e à capacidade de

mobilização popular, e ainda com pouca distinção entre as dimensões pública e privada da vida dos indivíduos.

No entanto a consideração em conjunto das declarações das pesquisas mostra algumas predominâncias que refletem características fundamentais da sociedade brasileira atual. Não revelam, aliás, nenhum traço desconhecido do cidadão comum, e não hão portanto de surpreender. Por exemplo, nas duas reuniões observou-se a predominância (mas não uma exclusividade) dos direitos negativos (ou direitos liberais clássicos do indivíduo: de “ir e vir”, de se expressar...) em relação a direitos relacionados à prestação de serviços sociais. Não obstante os limites da própria distinção conceitual entre direitos negativos e direitos positivos e a interdependência fundamental entre os dois tipos de direitos, a identificação dessa predominância de direitos negativos aponta para dois elementos: 1) os limites da democratização e da cidadania na sociedade brasileira, uma vez que mesmo os direitos negativos, que são considerados direitos elementares ligados a um ideal primário de sociedade democrática, tem sua realização truncada; 2) a predominância de valores individuais na sociedade, uma vez que os direitos negativos são aqueles mais diretamente relacionados à noção de indivíduo, e que os direitos positivos são aqueles que dependem mais diretamente da solidariedade na esfera social.

No entanto, as declarações recolhidas confirmam amplamente as teorias de numerosos pesquisadores⁶ ao mostrar que direitos negativos e direitos positivos estão intimamente relacionados. Para se poder exercer a liberdade de “ir e vir” ou de se expressar, é preciso ter acesso a uma série de bens sociais básicos. Inversamente, sem esses direitos elementares é pouco provável a realização de objetivos e projetos de vida mais complexos.

Outro ponto comum observado nas duas reuniões é a forte consciência das desigualdades territoriais existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro (por exemplo entre a Baixada Fluminense e a Zona Sul, ou entre a Zona Sul e a Zona Oeste). Isso se deve ao caráter fortemente urbanizado de todos os respondentes, grandes utilizadores de uma série de serviços urbanos (desde transportes a eventos). Resta então a tarefa de complementar a presente pesquisa com pesquisas complementares que restituam a visão de um público rural, para que se possa contemplar um espectro mais amplo de cidadãos.

Assim como os indivíduos e os interesses, os temas mencionados por cada um dos grupos diferiu sensivelmente. Isso é significativo da dificuldade de realizar um projeto de comunicação sobre cidadania para um público amplo e num âmbito transformador. Como lidar com essa diversidade de temas e interesses? Como adotar uma postura normativa e pedagógica em relação às práticas cidadãs levando ao mesmo tempo em consideração os limites e dificuldades das instituições e dos mecanismos sociais brasileiros? Como combinar dicas práticas com distinções conceituais elementares (como a distinção entre público e privado)?

Para responder a esses desafios, é preciso que os realizadores do conteúdo sobre o tema possam dispor de todos os recursos próprios ao meio de comunicação selecionado. Assim, por exemplo, pode-se adotar um discurso em dois níveis de linguagem, combinando dicas práticas e noções básicas ou códigos de cidadania através da combinação entre som e imagem, palavra e presença.

⁶ ver sobretudo Amartya Sen, *Desigualdade Reexaminada*, Rio de Janeiro, Record, 2008.

Por fim, é preciso levar em conta para a realização do conteúdo a visão dos respondentes sobre o Canal Futura, a maneira como o público tem o hábito e o interesse em utilizar o canal para propósitos pedagógicos e cidadãos. Enfim, vale lembrar que as considerações egressas da presente pesquisa constituem apenas uma primeira fase da realização do projeto, e que a versão final do conteúdo produzido fica sujeita à apreciação pelos grupos entrevistados das versões-piloto a serem produzidas. Nesse processo de realização, cabe ao público em geral e não aos “especialistas teóricos” a palavra final sobre a utilidade do conteúdo em relação às demandas sobre cidadania.

Bibliografia

AVRITZER, Leonardo, *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*, Rev. Opinião Pública, jun. 2008, vol. 14, p.43-64.

AVRITZER, Leonardo, *Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação*, DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, n° 3, 2007, pp.443 a 464.

BENHABIB, Seyla (org), *Democracy and Difference, Contesting the Boundaries of the Political*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1996.

FRASER, Nancy e HONNETH, Axel, *Redistribution or Recognition, A Political-Philosophical Exchange*, London, Verso, 2003

GUTMANN, Amy, THOMPSON, Dennis, *Democracy and disagreement – why moral conflict cannot be avoided in politics, and what should be done about it*, Chicago University Press, 1996.

HABERMAS,

LOUSAO, Antoine, *A Participação Política e os Desafios da Inclusão*, Revista Diversitates, Rio de Janeiro, ed. Multifoco, 2009.

MOISÉS, José Álvaro, *Cultura Política, Instituições e Democracia, lições da experiência brasileira*, Rev. Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2008, vol. 25, n°66, p.11-45.

MOULIN S. PENALVA SANTOS, Angela, *Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, FGV, 2003

NUSSBAUM, MARTHA, E SEN, AMARTYA, *THE QUALITY OF LIFE*, OXFORD, CLARENDON PRESS,

RAWLS, John, *A Theory of Justice*, Oxford University Press, 1971.

SANTOS, Milton, *Território e Sociedade*, Fundação Percecu Abramo, 2001.

SCHATTAN P.COELHO, Vera, e NOBRE, Marcos (orgs), *Participação e Deliberação –Teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo*, ed. 34, 2004.

SEN, Amartya, *Inequality Reexamined*, Oxford University Press, 1992.

SEN, Amartya, *La Liberté Individuelle: Une Responsabilité Sociale*, Paris, revue Esprit, 1999

SEN, Amartya, *Responsabilité Sociale et Démocratie : l'Impératif d'équité et le conservatisme financier*, Clarendon Press, Oxford, 1996

SEN, Amartya, *Democracy and its Global Roots*, Paris, Payot 2003

Metodologia

FLICK, Uwe, *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, Bookman, 2002.